OPEN ACCESS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PUCRS

CONVERSAS & CONTROVÉRSIAS

Conversas & Controvérsias, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-11, jan.-dez. 2026
e-ISSN: 2178-5694

ARTIGOS LIVRES

Falando em primeira pessoa: considerações sobre representatividade, arquivos e políticas públicas

Speaking in First Person: A Reflection on Representation, Archives, and Public Policies

João Gabriel Rabello Sodré[1]
orcid.org/0000-0003-3821-1404
jr1834@georgetown.edu

Recebido em: 16 jul. 2026.
Aprovado em: 22 set. 2026.
Publicado em: 19 nov. 2026.

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão interdisciplinar, articulando história e ciências sociais, sobre a fala em primeira pessoa de sujeitos historicamente marginalizados (como pessoas negras, indígenas e LGBTQIAPN+, bem como trabalhadoras sexuais). Discute-se a relevância de políticas públicas para iniciativas arquivísticas representativas, analisando como a transição desses grupos de objetos de pesquisa em produtores de conhecimento combate silenciamentos históricos. Metodologicamente, baseia-se em uma revisão bibliográfica crítica. A partir de análises do Acervo Bajubá (SP) e do Fundo Davida (APERJ), conclui-se que fortalecer os arquivos comunitários e as parcerias colaborativas é fundamental para desmantelar exclusões estruturais. Contudo, alerta-se para a necessidade de atentar às assimetrias internas desses grupos, evitando novas homogeneizações.

Palavras-chave: representatividade; arquivos comunitários; políticas públicas de memória; Fundo Davida; Acervo Bajubá.

Abstract: This article offers an interdisciplinary reflection, linking history and social sciences, on the first-person voice of historically marginalized groups (such as Black, Indigenous, and LGBTQIAPN+ people, as well as sex workers). It discusses the relevance of public policies for representative archival initiatives, examining how transitioning these groups from research objects into knowledge producers challenges historical silencing. Methodologically, this is a theoretical essay based on a critical literature review. Grounded in analyses of the Bajubá Collection (SP) and the Davida Collection (APERJ), the study concludes that strengthening community archives and collaborative partnerships is essential to dismantle structural exclusion. However, it cautions that internal asymmetries within these groups must be addressed to prevent new forms of homogenization.

Keywords: representativeness; community archives; public memory policies; Davida Collection; Acervo Bajubá.

1 Introdução

Políticas públicas de expansão do acesso à educação superior têm dado mais espaço a pessoas de demografias menos representadas ou quase ausentes em ambientes acadêmicos, gerando grupos de pesquisadoras e pesquisadores que antes, com raras exceções, limitavam-se a pesquisar grupos e que hoje, dentro da academia e outros espaços, partem de um olhar informado por sua própria vivência. Essa discussão tem repercussões em várias disciplinas e em diversos contextos. Começo com Conceição Evaristo, que, ao discutir a literatura negra, fala no "desejo de escrever vivido por uma mulher negra" (Evaristo 2009, 28). Evaristo, partindo da vivência em primeira pessoa, abre espaço

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença CC-BY 4.0, que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

[1] Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

para narrativas e temas excluídos ou tratados, sob olhares outros, de forma distorcida. Tratando da produção acadêmica sobre ativismo negro, Flávia Rios ecoa Evaristo: "O que mais chama a atenção nessa produção é o fato de os negros deslocarem-se do lugar de informantes dos pesquisadores estabelecidos para a posição de ensaístas e intelectuais" (Rios 2009, 8).

Neste ponto, é importante frisar que Evaristo, ao falar sobre a identificação de sujeitos para além da raça e do gênero, também considera outras subjetividades. Em suas palavras, "A maioria das personagens que construo se apresenta a partir de espaços de exclusão por vários motivos. Pessoas que (...) tendem a se identificar e a se comover com essas personagens" (Evaristo 2020, 32). Detalhando sua análise, Evaristo afirma: "Um sujeito gay se vê nesse texto porque, também ele, vive essa experiência de exclusão. Um sujeito pobre tem a mesma identificação com uma personagem que vive a condição de pobreza (...)" (Evaristo 2020, 32). Assim, a pessoa leitora se sente acolhida, "se assemelhando, simpatizando ou não com as personagens" (Evaristo 2020, 32). O conceito de "escrevivência", portanto, pode ser entendido de forma ampla. Evaristo, ao citar expressamente "sujeito gay", alude à comunidade LGBTQIAPN+, que se interseccionа (Crenshaw 1989) com questões de raça e gênero discutidas pela autora. Mas o trecho em questão também parece indicar que Evaristo vê a sexualidade como uma forma de exclusão, específica e, por vezes, autônoma, que, por si mesma, atrai leitoras e leitores LGBTQIAPN+ que se sentem pertencentes às intervenções propostas pela autora.

Evaristo (2020) e Rios (2009) dissertam em um Brasil em transformação. Temos observado um aumento no número de pessoas indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+, prostitutas, pessoas com deficiência, entre outras, que vêm ingressando na universidade (Batista 2025; Cecílio 2025; Lima et al. 2026; Ramos 2025; Schmidt 2025). A fala em primeira pessoa, como sujeito e não apenas como objeto, abre espaço para discutir a marginalização e seus limites, ou os privilégios que, em certos contextos, podem atenuá-la. Essa mudança para uma posição subjetiva não se esgota no âmbito da universidade, sendo acompanhada e condicionada por uma segunda questão: saber onde e como essas vozes em primeira pessoa são registradas, preservadas e tornadas acessíveis ao longo do tempo. Um trabalho acadêmico produzido em primeira pessoa é, em si, um gesto de dessilenciamento pontual; mas sua permanência como testemunho coletivo depende da existência de arquivos, comunitários ou institucionais, capazes de reunir, descrever e disponibilizar os materiais que sustentam essa fala.

Diante desse encadeamento, este artigo se organiza em torno de duas perguntas, que se intercalam: como o deslocamento de grupos historicamente marginalizados da posição de objeto para a de sujeito da produção de conhecimento, evidenciado pela fala em primeira pessoa, pode ser sustentado ao longo do tempo por arquivos comunitários e institucionais, e que papel cabe às políticas públicas nesse processo?

O conceito de "silenciamento" (Trouillot 2016) funciona, ao longo do texto, como fio condutor que perpassa essa pergunta: falo de silenciamento na universidade e na autoria acadêmica, de silenciamento no interior dos próprios arquivos (na ausência de determinados acervos ou nas descrições que invisibilizam certas presenças) e de silenciamento nas políticas de memória, quando estas não priorizam o apoio a iniciativas de grupos marginalizados. Sustento que o combate a essas três faces do silenciamento é interdependente: (1) a fala em primeira pessoa, sem arquivo, se perde; (2) o arquivo, sem política pública, não se sustenta nem se expande; e (3) a política pública, sem escuta das vozes em primeira pessoa, corre o risco de reproduzir as mesmas hierarquias que pretende desfazer.

Tomando emprestados os termos da arquivologia, é desejável que "os arquivos se apresentem e integrem de forma consciente os lugares de reivindicação sociocultural e histórica" de modo a permitir "uma efetiva representação e reconhecimento de coletivos marginalizados como de grupos sociais que vêm reivindicando a preservação de suas memórias" (Sousa et al.

2023, 8). Grupos marginalizados aparecem em documentos arquivísticos, mas, quando os arquivos exibem unidades documentais relativas a esses grupos, essas pessoas muitas vezes aparecem em registros arquivísticos em que são objetos (de pesquisa, de jornais, de fontes em geral). A presença dessas pessoas é menos comum nos materiais produzidos por elas, o que motiva discussões sobre instâncias variadas em que as descrições dos registros arquivísticos, as visitas mediadas (Sousa et al. 2023) ou o próprio processo de catalogação e hierarquização de fontes geram invisibilidades (Chaves 2025).

Podemos, assim, notar a pertinência do fomento (e do estímulo, via políticas públicas) de iniciativas colaborativas, que permitam a escrevivência de pessoas ausentes em iniciativas arquivísticas ou tratadas como meros objetos, que aparecem em fontes arquivadas, muitas vezes por meio da interlocução ou da intermediação de vozes discriminatórias. Essa é uma das premissas, por exemplo, da história oral, que opera "na transformação do objeto em sujeito" (Voldman 2006, 41), provocando mudanças que "não se limitam à escrita de livros ou projetos", mas que "afetam também a apresentação da história em museus, arquivos e bibliotecas" (Thompson 1998, 33). As fontes documentais, bibliográficas e audiovisuais (para além da história oral), entre outras, como jornais de coletivos, literatura e poesia, filmes e videoclipes etc., também cumprem esse papel de dar representatividade a grupos marginalizados, por meio de vozes em primeira pessoa.

Com base nessas observações iniciais, este artigo desenvolve essa pergunta em três momentos, que correspondem às três faces do silenciamento mencionadas: (1) a representatividade e o silenciamento na produção acadêmica, partindo da escrevivência de Conceição Evaristo; (2) respostas ao silenciamento no interior dos arquivos, tratado a partir dos exemplos do Acervo Bajubá (SP) e do Fundo Davida (APERJ), ligados, respectivamente, a questões LGBTQIAPN+ e ao movimento de prostitutas; e (3) as implicações desses achados para políticas públicas de memória. Utilizo uma combinação de revisão bibliográfica crítica, incluindo textos sobre iniciativas em arquivos públicos e comunitários em processo de construção ou expansão, bem como considerações gerais sobre políticas públicas de memória e inclusão.

2 Representatividade e silenciamento

Em 2023, a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto tomou posse como diretora-geral do Arquivo Nacional, tornando-se a primeira mulher negra a chefiar a instituição. Por ocasião da sua cerimônia de posse, conforme artigo da *Agência Nacional*, Ana Flávia mencionou os silenciamentos do AN. Afirmou que "é preciso jogar luzes nos traumas do passado", citando a ditadura militar e o diálogo "com vários segmentos chamados por ela de prioritários: como pessoas negras, indígenas, da comunidade LGBTQIA+" (Sampaio 2023). A entrada de pessoas como Pinto em espaços a elas antes negados não pode ser encarada como um fim. Deve sinalizar um objetivo futuro, que impacte políticas públicas, sendo também resultante das políticas públicas afirmativas das últimas décadas.

Como afirma a historiadora Hebe Mattos (2023), a ocupação do cargo por Ana Flávia é "não apenas de uma gestão acadêmica e profissional, mas também de um olhar inovador e corajoso", em uma instituição central "na produção da memória nacional e do racismo institucional que ainda a condiciona". Tendo como base essas últimas palavras de Hebe Mattos, podemos inferir duas questões importantes: (1) a guarda de registros arquivísticos sobre e de grupos marginalizados; e (2) o arquivo como instituição pública estruturada pelo racismo e outras formas de discriminação.

Sobre o primeiro ponto, diversas autoras e variados autores tratam de questões daqueles que não falam ou que falam por outros meios. Os autores pós-coloniais, como Gayatri Spivak e Homi Bhabha, escrevem, como se sabe, sobre modos de expressão de grupos subalternizados. Spivak discute a voz subalterna inaudível aos (ou ignorada pelos) poderosos (Spivak 2010). Bhabha, por sua vez, trata de estratégias de expressão diante dos que detêm poderes, como observado

no seu conceito de "mímica", uma forma pela qual o colonizado imita, imperfeitamente, o colonizador, como forma de contestação e sobrevivência (Bhabha 1998), conforme evidencia este trecho:

> Após a nossa experiência com a interrogação nativa, é difícil concordar inteiramente com Fanon que a opção psiquica e a de "virar branco ou desaparecer". Existe a terceira escolha, a mais ambivalente: a camuflagem, a mímica (...) na medida em que o discurso é uma forma defensiva de guerra, a mímica marca aqueles momentos de desobediência civil dentro da disciplina da civilidade: signos de resistência espetacular. (Bhabha 1998, 174)

As considerações de Spivak (2010) e Bhabha (1998) tiveram e ainda têm grande impacto em diversas disciplinas. Porém, adoto aqui outro referencial teórico: a noção mais elástica de "silenciamento". Michel-Rolph Trouillot (2016) escreve, conhecidamente, sobre a revolução haitiana como um "não evento".[2] Analisando panfletos da França revolucionária que não compreendiam o que acontecia no Caribe, o autor diz: "A Revolução Haitiana entrou para a história, portanto, com a característica peculiar de ter sido inconcebível mesmo enquanto acontecia" (Trouillot 2016, 122). Logo em seguida, trata do segundo ponto, que explica o primeiro, ao afirmar que os subscritores dos panfletos "eram capazes de ler as notícias somente a partir de suas categorias padronizadas, e essas categorias eram incompatíveis com a ideia de uma revolução escrava" (Trouillot 2016, 122). A historiadora Maria da Glória de Oliveira (2022), com base em Trouillot (2016), lembra-nos de que também há silenciamento quando membros de grupos marginalizados surgem em trabalhos acadêmicos, mas, ao mesmo tempo, pouco aparecem como autoras ou autores desses trabalhos:

> O paradoxo consiste no fato de que, mesmo tendo adquirido notória visibilidade na historiografia contemporânea, determinados grupos de indivíduos não ultrapassam o estatuto de objetos da operação historiográfica pois, não obstante o reconhecimento de sua condição de subalternidade como "excluídos da história", permanecem sem lugar e sem parte (Rancière, 2005, p. 15-16) na distribuição de posições de sujeitos dessa mesma operação e, por conseguinte, destituídos de um locus próprio de enunciação e de autoridade epistêmica para a elaboração de suas experiências singulares. (Oliveira 2022, 60)

Se, de um lado, Oliveira (2022) observa um paradoxo entre o crescimento de trabalhos sobre pessoas marginalizadas (objetos de pesquisa) em trabalhos acadêmicos e sua menor presença como autoras destes (sujeitos de pesquisa), de outro, a historiadora estadunidense Ashley Farmer (2018) discute outro (suposto) paradoxo: uma maior disponibilização de fontes históricas, nas últimas décadas, sobre determinadas mulheres negras, simultaneamente à aparente dificuldade de se encontrar fontes sobre muitas outras:

> Esse crescente volume de pesquisas colocou em evidência um dilema metodológico persistente para os estudiosos da história das mulheres negras: como abordar o paradoxo de encontrar, simultaneamente, vastos registros de arquivo sobre algumas mulheres negras e, ao mesmo tempo, lidar com o silêncio ensurdecedor dos arquivos em relação a outras? (Farmer 2018, 289, minha tradução)

Se depreendemos da intervenção de Oliveira (2022) uma necessidade de expansão e aprimoramento de políticas inclusivas que permitam que mais pessoas, como sujeitos, escrevam trabalhos acadêmicos, num processo de dessilenciamento, Farmer (2018) comenta um desafio relativo às fontes disponíveis em arquivos, que aparentemente privilegiam certas pessoas marginalizadas e parecem ignorar outras. Assim, a autora não vê um paradoxo, mas sim a necessidade de olhar o arquivo sob outra perspectiva, rejeitando, assim, a existência de uma questão paradoxal. Farmer (2018), então, afirma que, em vez de "resgatar as mulheres negras de sua submersão e invisibilidade", pessoas pesquisadoras têm reconhecido e questionado "questões de poder e apagamento incrustadas no próprio arquivo" (Farmer 2018, 289, minha tradução). No final do seu artigo, Farmer

[2] Desde sua publicação, *Silenciando o passado* foi objeto de inúmeras resenhas, teses e artigos, bem como de trabalhos sobre instituições específicas. Continua sendo citado em trabalhos variados, desde o apagamento de escravizados e libertos na Petrópolis imperial na formação do Museu Imperial (Silva Neto 2023) até a exclusão de povos indígenas dos museus sobre imigração no Rio Grande do Sul (Bonatti 2023), para citar dois exemplos distintos.

conclui que a pessoa historiadora deve se afastar da "percepção de que deve haver o tipo 'certo' de fonte para que um projeto histórico seja viável" (Farmer 2018, 293, minha tradução). Essa conclusão, de imediato, remete à crítica muito anterior da Escola dos Annales, que questionava noções positivistas na história e admitia, assim, uma pluralidade de fontes, inclusive as vestigiais. Nas palavras do historiador José D'Assunção Barros (2010, 94):

> Qualquer vestígio ou qualquer evidência – dos objetos da cultura material às obras literárias, das séries de dados estatísticos às imagens iconográficas, das canções aos testamentos, dos diários de pessoas anônimas aos jornais – podia ser agora legitimamente utilizado pelos historiadores.

Apesar de um aparente "não ineditismo" na fala de Farmer (2018) quanto ao desprendimento das fontes e da reflexão sobre o arquivo em si, o texto da autora intersecciona gênero e raça de uma forma mais direta, como clama o tempo presente em que vivemos e, assim, sua discussão parece dialogar mais imediatamente com Trouillot (2016), já que este trata do silenciamento da Revolução Haitiana a despeito da existência de fontes sobre o processo revolucionário caribenho, que não se encaixava nos moldes dos revolucionários franceses. O autor sublinha que o arquivo privilegia os personagens franceses de um Atlântico revolucionário, mas desprivilegia os personagens haitianos desse mesmo hemisfério, enquanto Farmer sublinha que há personagens negras para além das costumeiramente discutidas, tratando-se, desta forma, de uma questão de ponto de observação (e de crítica aos arquivos) e não necessariamente de ausência de fontes.

Pensando conjuntamente em Trouillot (2016), Oliveira (2022) e Farmer (2018), a ênfase na vivência pessoal vai além da mera representatividade, indicando também uma pauta em favor de políticas públicas que operem contra processos de silenciamento, tanto na criação de novas coleções e arquivos quanto na revisão de instituições arquivísticas existentes. No contexto destas últimas, deve haver maior atenção às coleções que retratem grupos marginalizados, bem como uma expansão do acervo referente a esses grupos; expansão não apenas de registros arquivísticos que os subjugam (e que são, evidentemente, parte da história), mas também de fundos/coleções em que estes são protagonistas na defesa de seus direitos e na oposição a violações de direitos humanos. Um arquivo pode tanto viabilizar quanto impedir a transição de objeto para sujeito discutida até aqui: viabiliza quando reúne e disponibiliza fontes produzidas pelos próprios grupos marginalizados; impede quando privilegia apenas os registros que os tratam como objeto. Esse foi justamente um dos pontos inferidos da fala de Ana Flávia Magalhães Pinto, na ocasião de sua chegada à direção do Arquivo Nacional (Sampaio 2023), com a qual abri esta seção. Passo, portanto, a discutir como esse duplo potencial do arquivo se manifesta em dois casos concretos: o Acervo Bajubá e o Fundo Davida.

3 O Acervo Bajubá em São Paulo

Uma forma de enfrentar o silenciamento envolve o apoio a iniciativas em arquivos existentes e o fomento ao estabelecimento ou à expansão de arquivos comunitários. Em um artigo recente, Yuri Fraccaroli e Patricio Simonetto (2025) discutem o *boom* de arquivos ligados às subjetividades da sigla LGBTQIAPN+. As pessoas pesquisadoras sustentam que esse crescimento de arquivos com ênfase nas comunidades LGBTQIAPN+ na América Latina, especificamente, tem relação com as dinâmicas da região e com o período pós-ditatorial por ela vivido, que englobam iniciativas de direitos humanos, de justiça de transição, entre outros processos. Por isso, Fraccaroli e Simonetto sugerem cautela quanto à utilização de conceitos supostamente globais, muitas vezes oriundos de países anglo-saxões: "Similarmente, argumentamos que categorias como 'arquivo comunitário', 'ativismo arquivístico' e 'arquivos queer' requerem análise cuidadosa e crítica neste contexto, pois vêm de contextos geopolíticos diferentes" (Fraccaroli e Simonetto 2025, 1194, minha tradução).

Figura 1 Visão do Acervo Bajubá em São Paulo



Na foto, aparecem caixas de arquivo, bem como pilhas de fontes primárias, como revistas. Na parede, observam-se dois cartazes enquadrados: um do I Encontro Brasileiro de Homossexuais e outro do Arquivo Transformistas.
Crédito: Yuri Fraccaroli.

Essa consciência de um duplo pertencimento, isto é, de ser do Sul Global e de também vivenciar identidades cuja existência envolve desafios diários (também no Norte Global), não é novidade no ativismo de movimentos sociais feministas, tendo sido particularmente presente nos debates sobre os direitos das mulheres durante a ditadura militar (Coutinho 2023; Pedro 2006; Pinto 2003, 45). Como afirma a historiadora Aline Coutinho (2023, 89) ao comentar as dinâmicas do Centro da Mulher Brasileira nos anos 1970, havia "discussão sobre as disparidades salariais entre homens e mulheres, a dupla jornada de trabalho exercida pelas mulheres, a necessidade de creches, a reivindicação de mudanças no direito civil e inclusive a luta pela libertação dos presos políticos e pela Anistia". O tema também aparece nos textos de Lélia Gonzalez, inclusive em sua análise do Movimento Negro Unificado (Gonzalez 2020). Podemos, assim, sugerir que, no plano de fundo da discussão de Fraccaroli e Simonetto, está uma consciência de sul-globalidade para a qual o feminismo muito contribuiu.

De volta ao tema específico do trabalho de Fraccaroli e Simonetto, a expansão de arquivos LGBTQIAPN+ é facilitada pelo acesso à internet e às diversas plataformas de arquivos digitais (Fraccaroli e Simonetto 2025, 1199). Além dessa constatação, um contraste relevante depreendido do artigo é a existência de uma intenção de guardar memórias, através de registros arquivísticos (objetos, fotos, documentos etc.) guardados por pessoas LGBTQIAPN+ em suas casas, e fontes em arquivos tradicionais.

> Em contraste com os arquivos oficiais, nos quais as histórias LGBTQIA+ geralmente se restringem a registros de detenção policial ou exames médicos, o ativismo arquivístico ampliou o que é considerado digno de arquivamento – de fotografias de festas a faixas de concursos de beleza. A ênfase em outros tipos de objetos, geralmente negligenciados pelos arquivos estatais, abre possibilidades de criar diferentes relações afetivas com o passado, nas quais a repressão coexiste com a solidariedade e a alegria. (Fraccaroli e Simonetto 2025, 1200, minha tradução)

Podemos, então, pensar em políticas públicas que incentivem o desenvolvimento de novos olhares sobre arquivos de maior porte e institucionalizados há mais tempo, como os arquivos públicos. A escolha do que arquivar deixa de ser

prerrogativa de terceiros e passa a expressar a própria voz do grupo retratado. A fala em primeira pessoa, nesse sentido, não é apenas um recurso narrativo ou acadêmico: ela se converte em critério de seleção arquivística, e é essa conversão que transforma um gesto individual de testemunho em política de memória coletiva.

4 O Fundo Davida no APERJ

As dinâmicas dos movimentos de prostitutas no Brasil constituem um segundo caso interessante para a análise da interação entre movimentos sociais e arquivos, mas, diferentemente do caso do Acervo Bajubá, o Fundo Davida é hospedado no APERJ, um arquivo público, tendo se originado da doação do acervo pessoal de Gabriela Leite, figura proeminente do movimento de prostitutas no Brasil.

Friso de antemão que a comparação não é aleatória; também considera as interseções de conteúdo. Há várias instâncias de interseção entre os movimentos LGBTQIAPN+ e os de prostitutas. A imprensa carioca da segunda metade da ditadura militar utilizava corriqueiramente o termo "inferninho" para se referir a casas noturnas do Rio de Janeiro frequentadas majoritariamente por pessoas LGBTQIAPN+ (Sodré 2025, 176), apesar de o termo também ser usado para denominar locais de prostituição (o uso da sigla aqui pode soar anacrônico, mas, ainda que esta não existisse, pessoas com as identidades por ela representadas existiam). Organizações LGBTQIAPN+ e de prostitutas apropriam-se de termos considerados ofensivos, atribuindo-lhes usos produtivos (Murray et al. 2019). Também há importantes interseções no ativismo em torno de políticas públicas de saúde (Calabria 2023; Souza 2023, 5), num país reconhecido por elas (Amar 2022, 240-244; Skidmore e Green 2022, 272). Na Casa Nem, no Rio de Janeiro, essa interseção é visível. Fundada por Indianarae Siqueira, ela oferece abrigo e oportunidades educacionais, inclusive um curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (De Lisio 2026, 35).

O processo de tratamento arquivístico do Fundo Davida envolve professores e estudantes por meio de um projeto de extensão coordenado por Laura Murray no NEPP-UFRJ (vide De Lisio 2026).

Figura 2 Visita ao APERJ em 2025, na qual Laura Murray e Gabriel Alencar apresentam o Fundo Davida



Na imagem, aparece a professora Murray ao lado de uma mesa com cartazes do movimento de prostitutas.
Crédito: foto do autor.

Quanto às políticas públicas, podemos pensar em diversas delas. O financiamento público contínuo (e não apenas pontual) permite que não se dependa exclusivamente do voluntariado ou de recursos próprios dos grupos que representam. Arquivos públicos, por sua vez, têm sofrido com cortes orçamentários, que afetam políticas públicas em sentido amplo, bem como com outras formas de boicote moldadas por visões reducionistas do Estado (Venâncio 2024, 189). A expansão de parcerias entre universidades, movimentos sociais e arquivos também pode ser facilitada por políticas públicas. Em terceiro lugar, as políticas públicas de memória devem garantir que os integrantes de movimentos sociais contribuam para a construção de arquivos (vide Chaves 2025; Sousa et al. 2023).

Voltando ao Fundo Davida, sua coleção inclui panfletos, cartazes de encontros nacionais e regionais, publicações como jornais que incluem a publicação *O Beijo da Rua* (Souza 2019, 96), fotografias, vídeos e até mesmo sapatos. A construção da coleção une o APERJ a movimentos sociais, tendo como base a doação do acervo por parte de Gabriela Leite. Pessoas do movimento de prostitutas e pessoas afiliadas à UFRJ participam de processos de catalogação e de discussão sobre os registros arquivísticos. Assim, uma instituição pública já existente, um movimento social e a universidade se conectam, servindo de exemplo da expansão de iniciativas arquivísticas no Brasil. Pensar em formas de (des) silenciamento efetivamente representativas, que também contemplem iniciativas arquivísticas, é a chave para políticas públicas que garantam a representatividade de grupos marginalizados, não apenas como objeto de pesquisa, mas também como sujeitos.

5 Os limites de *falar em primeira pessoa*

É crucial não confundirmos *falar em primeira pessoa* com *falar pelo outro, supostamente representando todo um grupo ou uma parcela da população.* Aqui, é oportuno pensar na crítica de Linda Alcoff, do início dos anos 1990, em artigo objetivamente intitulado "O problema de falar por outras pessoas", no qual a pesquisadora questiona as críticas mais radicais daqueles que acreditam que só se poderia falar sobre um tema *x* pertencendo ao grupo *y.* Para Alcoff (2020), um dos problemas dessa posição diz respeito ao fato de que, quando falamos de nós mesmos e dos outros, não deixamos de, respectivamente, pensar numa versão de nós mesmos e também refletir nossa própria subjetividade: "Ao falar por mim mesmo/a, eu (momentaneamente) crio meu eu – tanto quanto quando falo pelos/as outros/as, eu crio seus eus – no sentido que eu crio um eu público, discursivo (...)" (Alcoff, 2020, 415).

Alcoff discute uma das formas pelas quais se tentou minimizar a posicionalidade (por exemplo, de pessoas do Norte Global falando sobre o Sul Global) por meio da autorreflexão; algo, aliás, já feito na antropologia há tempos. Através desta, as pessoas pesquisadoras atuam para "reconhecer seu próprio entendimento de que eles/as estão falando de um local específico corporificado, sem pretensão de uma verdade transcendental" (Alcoff 2020, 431). A pesquisadora, contudo, é cautelosa quanto à prática, pois, por vezes, a autorreflexão "serve para nada" quando usada "como um aviso contra a ignorância ou os erros de uma pessoa (...) sem um interrogatório crítico sobre o significado de tal autobiografia sobre o que está para ser dito" (Alcoff 2020, 431). De toda forma, Alcoff reconhece que nem todo ato de falar pelo outro deve ser descartado. As construções do feminismo sobre o patriarcado, ainda que muitas vezes tenham vindo de feminismos do Norte Global, são importantes para uma discussão ampla sobre pautas feministas (Alcoff 2020, 435).

Trazendo a discussão da autora para o tema do artigo, podemos também refletir criticamente sobre o grupo de pessoas minorizadas que, ao acessar espaços, fala em primeira pessoa, mas não necessariamente *por todos*. Essa é uma questão complexa, que amplifica a discussão proposta por Alcoff (2020). Porém, pelos motivos inicialmente apresentados, há, de fato, uma maior presença de pessoas antes excluídas ou pouco representadas, que hoje alcançam postos em universidades, no serviço público e em outros

espaços. Isso significa que falam por todos? Não, e tampouco esse processo de inclusão é perfeito. Mas, a *fala em primeira pessoa*, ainda que também reflita parte da composição de determinada parcela da população e reflita, igualmente, aspectos por vezes privilegiados do orador, é passo importante para que debates se expandam e que arquivos, bem como outros repositórios, possam do mesmo modo expandir, de forma também programática (progressiva e pensando com vista ao futuro), em medidas inclusivas e participativas. Decerto, não é uma tarefa fácil, mas a abertura de espaços a pessoas de grupos historicamente excluídos é um passo importante.

6 Conclusão

Este artigo partiu de uma pergunta que se desdobra em duas: como o deslocamento de grupos historicamente marginalizados da posição de objeto para a de sujeito da produção de conhecimento, evidenciado pela fala em primeira pessoa, pode ser sustentado ao longo do tempo por arquivos comunitários e institucionais, e que papel cabe às políticas públicas nesse processo? Para respondê-la, propus acompanhar o silenciamento na produção acadêmica, no interior dos próprios arquivos e nas políticas públicas. O Acervo Bajubá, abordado no contexto da conversa proposta por Fraccaroli e Simonetto (2025), e o Fundo Davida, contextualizado por meio de trabalhos como os de Souza (2019, 2023), são exemplos de engajamento em primeira pessoa que podem ser potencializados por políticas públicas efetivas, que valorizem o aspecto colaborativo dessas iniciativas (vide Calabria 2023; Souza 2023). Os próprios casos analisados sugerem, ainda, contornos concretos para o desenho de políticas públicas: financiamento público que não dependa exclusivamente do voluntariado dos grupos retratados, editais que incentivem arranjos tripartites entre movimentos sociais, universidades e instituições arquivísticas, bem como diretrizes de catalogação participativa que evitem a reprodução, na descrição das unidades de arquivamento, das mesmas hierarquias que a inclusão dessas fontes pretendia desfazer.

Assim, a resposta à pergunta que orientou este artigo é necessariamente relacional: a fala em primeira pessoa sem arquivo corre o risco de não ultrapassar o instante de sua enunciação; o arquivo sem política pública não se sustenta nem se expande; e a política pública sem escuta das vozes em primeira pessoa corre o risco de reproduzir, sob nova roupagem, as mesmas exclusões que buscava remediar. Fortalecer os arquivos comunitários e as parcerias colaborativas entre movimentos sociais, instituições públicas e universidades é, portanto, condição necessária, ainda que não suficiente, para desmantelar exclusões estruturais na produção e na preservação da memória. Relembrando-se, sempre, que falar em nome de grupos minorizados no plural não deve obscurecer as assimetrias internas de cada um deles.

Referências

Alcoff, Linda. 2020. "O problema de falar por outras pessoas". Traduzido por Vinícius Rodrigues Costa da Silva, Hilário Mariano dos Santos Zeferino e Ana Carolina Correia Santos das Chagas. *Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens* 1 (1): 409–38. https://www.revistas.uneb.br/abatira/article/view/8762.

Amar, Paul. 2022. *Arquipélago da segurança: estados de segurança humana, políticas de sexualidade e o fim do neoliberalismo*. Editora UFRJ.

Barros, José D'Assunção. 2010. "A Escola dos Annales e a crítica ao historicismo e ao positivismo". *Revista Territórios e Fronteiras* 3 (1): 73–103. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4807368.

Batista, Isadora. 2025. "Embora demandas da comunidade trans tenham avançado nos últimos anos, permanência de alunes ainda depende de muita luta". Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. https://www.fflch.usp.br/173947.

Bhabha, Homi K. 1998. *O local da cultura*. Editora UFMG.

Bonatti, Diego. 2023. "Museu do imigrante e a memória opressora: a necessidade de decolonizar o silêncio museal". *Organon* 38 (75). https://doi.org/10.22456/2238-8915.129714.

Calabria, Amanda de Mello. 2023. "Narrativas de prostitutas em movimento: história oral e história pública em espaços culturais". *História Oral* 26 (1): 63–76. https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1371.

Cecílio, Camila. 2025. "Chegada à universidade: estudantes com deficiência apontam avanços e desafios". *Diversa*. https://diversa.org.br/noticias/chegada-a-universidade-estudantes-com-deficiencia-apontam-avancos-e-desafios.

Chaves, Elisa Maria Lopes. 2025. "Entre a imagem e a invisibilidade: descrição arquivística para acervos de fotógrafas". Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista. https://hdl.handle.net/11449/311975.

Coutinho, Aline Beatriz Pereira Silva. 2023. "O continuum controle sobre as mulheres: uma análise da Câmara dos Deputados na disputa pela questão do aborto (1949-1989)". Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/23686.

Crenshaw, Kimberlé. 1989. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics". *University of Chicago Legal Forum* (1). https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf.

De Lisio, Amanda. 2026. *Play Naked: Puta Economies Against Olympic Dispossession*. McGill University Press.

Evaristo, Conceição. 2009. "Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade". *Scripta* 13 (25). https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/4365.

Evaristo, Conceição. 2020. "A Escrevivência e seus sub-textos". In *Escrevivência: a escrita de nós*, organizado por Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes, 26–47. Mina Comunicação e Arte.

Farmer, Ashley D. 2018. "In Search of the Black Women's History Archive". *Modern American History* 1 (2): 289–93. https://doi.org/10.1017/mah.2018.4.

Fraccaroli, Yuri, e Patricio Simonetto. 2025. "An LGTBIQ+ archival boom? Grassroot archival activism and memory politics in Latin America". *International Journal of Cultural Studies* 28 (6): 1192–1209. https://doi.org/10.1177/13678779251345149.

Gonzalez, Lélia. 2020. "O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra". Em *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, organizado por Flávia Rios e Márcia Lima, 145–164. Zahar Editora Schwarcz.

Lima, Caroline dos Santos, Bruna Tarcilia Ferraz, e Wagner Lins Lira. 2026. "Do Quilombo à universidade: o acesso e a permanência de alunos quilombolas no Ensino Superior". *Educação: Teoria e Prática* 36 (71). https://doi.org/10.18675/1981-8106.v.36.n.71.s19280.

Mattos, Hebe. 2023. "De Moçambique ao Moçambique". *Conversas de Historiadoras*. https://conversadehistoriadoras.com/category/historia-publica/.

Murray, Laura Rebecca, Deanna Kerrigan, e Vera Silvia Paiva. 2019. "Rites of Resistance: Sex Workers' Fight to Maintain Rights and Pleasure in the Centre of the Response to HIV in Brazil". *Global Public Health* 14 (6-7): 939–953. https://doi.org/10.1080/17441692.2018.1510020.

Oliveira, Maria da Glória de. 2022. "Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo". *Caminhos da História* 27 (2): 58–78. https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v27n2p58-78.

Pedro, Joana Maria. 2006. "Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)". *Revista Brasileira de História* 26 (52): 244–272. https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000200011.

Pinto, Céli Regina Jardim. 2003. *Uma história do feminismo no Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo.

Ramos, Giovanne. 2025. "Acesso de negros ao ensino superior quintuplica, mas ainda é metade do de brancos, diz IBGE". *Alma Preta*. https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/acesso-de-negros-ao-ensino-superior-quintuplica-mas-ainda-e-metade-do-de-brancos-diz-ibge.

Rios, Flávia. 2009. "Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000)". *Sociedade e Cultura* 12 (2): 263–274. https://doi.org/10.5216/sec.v12i2.9100.

Sampaio, Fabiana. 2023. "Arquivo Nacional tem, pela primeira vez, uma mulher negra na direção". *Agência Brasil*. https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/cultura/audio/2023-03/arquivo-nacional-tem-pela-primeira-vez-uma-mulher-negra-na-direcao.

Schmidt, Sarah. 2025. "Número de estudantes indígenas no ensino superior cresce, mas grupo enfrenta desafios para se formar". *Nexo Jornal*. https://www.nexojornal.com.br/externo/2025/06/03/cresce-numero-estudantes-indigenas-ensino-superior-desafios.

Silva Neto, Jamile da. 2023. "Historiografia, patrimônio e museu: silenciando o passado na construção da memória imperial da cidade de Petrópolis". Tese de Doutorado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. https://www.unirio.br/cchs/ppgh/producao-academica/teses-de-doutorado-e-egressos-pasta/historiografia-patrimonio-e-museu-silenciando-o-passado-na-construcao-da-memoria-imperial-da-cidade-de-petropolis.

Skidmore, Thomas E., e James Naylor Green. 2022. *Brazil: Five Centuries of Change*. Oxford University Press.

Sodré, João Gabriel Rabello. 2025. "The Last Years of Brazil's Military Dictatorship: Identities, Repression, and the Shaping of a New Democracy, 1970s-1980s". Tese de Doutorado, Georgetown University. https://repository.digitalgeorgetown.edu/handle/10822/1101326.

Sousa, Antonio Gouveia de, Franciele Maria de Sousa, Maria Cleonice de Sousa, e Rita de Cássia de Sousa. 2023. "A mediação como agente potencializador da difusão em arquivos: experiência da campanha 'Arquivo nosso de cada dia'". *Em Questão* 29: e-127820. https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.127820.

Souza, Gabriel Alencar e. 2019. "'Fala mulher, da vida': Representações da prostituição no jornal Beijo da rua (1988-1997)". Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense. https://www.historia.uff.br/stricto/td/2357.pdf.

Souza, Gabriel Alencar e. 2023. "Da prostituição ao arquivo: trajetórias e reflexões sobre o fundo 'Davida - Prostituição, direitos civis, saúde'". In *Anais do 32º Simpósio Nacional de História*. ANPUH. https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1692987335_ARQUIVO_a7fec21c0dcdb12ef2e304d7160523ba.pdf.

Spivak, Gayatri Chakravorty. 2010. *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG.

Thompson, Paul. 1998. *A voz do passado: história oral*. Paz e Terra.

Trouillot, Michel-Rolph. 2016. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Traduzido por Sebastião Nascimento. Huya.

Venâncio, Renato. 2024. "Crises nas instituições arquivísticas: terceirização e outras disfuncionalidades". *OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo* 3 (2): 179–192. https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/141/112.

Voldman, Danièle. 2006. "Definições e usos". In *Usos e abusos da história oral*, organizado por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, 33–42. Fundação Getulio Vargas.

João Gabriel Rabello Sodré

Pós-doutorando em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH) no NEPP-UFRJ. Doutor em História pela Georgetown University (Estados Unidos). Possui dois mestrados: Estudos Globais (Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, Estados Unidos) e Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-UFRJ). Tem bacharelado em Direito (UFRJ) e experiência profissional no ensino superior, no serviço público fluminense, bem como na advocacia privada. Sua pesquisa envolve temas como identidades, redemocratização do Brasil, memória da ditadura militar, dentre outros. Entre 2024 e 2025, lecionou no *campus* da Georgetown University no Catar. Em 2025 e 2026, lecionou, individualmente e como coprofessor, na Fundação Getulio Vargas (FGV) e em um curso internacional intensivo da Williams College (Estados Unidos) realizado no Rio de Janeiro

Postdoctoral researcher in Public Policies and Human Rights (PPDH) at NEPP-UFRJ. Sodré holds a PhD in History from Georgetown University (United States) and two master's degrees: one in Global Studies (University of California, Santa Barbara, United States) and another in Public Policies and Human Rights (NEPP-UFRJ). The author holds a law degree from UFRJ and professional experience in higher education as well as in both the Rio de Janeiro state public service and private legal practice. His research interests include identities, the re-democratization of Brazil, and the memory of the military dictatorship, among other topics. In the 2024-2025 academic year, Sodré received a PhD completion fellowship to teach at Georgetown's Qatar campus. Between 2025 and 2026, Sodré taught at Fundação Getulio Vargas (FGV) and, as co-instructor, at a Williams College intensive international course held in Rio de Janeiro.

Endereço para correspondência

JOÃO GABRIEL RABELLO SODRÉ

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus Praia Vermelha

Anexo do CFCH, 3º andar, Avenida Pasteur, 250, 22290-240

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Como citar este artigo

Rabello Sodré, João Gabriel. s.d. "Falando Em Primeira Pessoa: Considerações Sobre Representatividade, Arquivos E políticas Públicas". Conversas & Controvérsias, e50328. Acesso em 19º de novembro de 2026. https://doi.org/10.15448/2178-5694.2026.1.50328.

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.